

# Emenda Sarney pode sofrer modificações no Congresso

O presidente José Sarney foi comunicado pelos líderes da Aliança Democrática que a sua emenda de convocação à Constituinte ao contrário do que é seu desejo -- deverá receber um substitutivo, com três hovidades, a serem votadas em separado, por destaque: dilatação do prazo de desincompatibilização para nove meses; eleição de 120 delegados constituintes com vinculação partidária mas sem mandato congressual e referendo popular para as decisões da Constituinte rejeitadas por um terço dos votos.

## Contra

A questão da desincompatibilização foi a que ocupou a maior parte das discussões na reunião de ontem do Conselho Político e pelo menos um dos presentes, o senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado, insurgiu-se contra a ideia. Ele garantiu que a dilatação não encontrará respaldo na sua bancada, que tem 25 senadores e poderia derrubar a proposta. Outro dos líderes presentes à reunião garantiu, entretanto, que a avaliação de Lucena não é correta e os nove meses serão aprovados com facilidades nas duas Casas.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, levava uma proposta de oito meses para a desincompatibilização: «15 de março seria a melhor época para a mudança, porque é o início do ano político», argumentou.

— Dessa decisão eu me excludo. É uma deliberação nitidamente congressual -- disse o presidente Sarney, esquivando-se de discutir o assunto.

O ministro da Educação, Marco Maciel, contrário, como a quase totalidade de seus companheiros de Ministério, à dilatação do prazo, está prevendo que a aprovação da emenda mudará radicalmente o perfil da Nova República, mínimo 15 ministros deixarão os postos para disputarem eleições majoritárias em 1986.

## Avulsos

A ideia de candidatos avulsos à Constituinte foi definitivamente enterrada ontem, apesar de pressões de setores da sociedade civil e até de parlamentares. O próprio deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, tem tentado inutilmente convencer Sarney de que esta é uma boa ideia. Em seu lugar, com a aprovação do presidente, surgirá o delegado constituinte com filiação partidária.

Eleitos junto com os congressistas, os delegados serão 120 -- de um a 20 para cada Estado, proporcionalmente à população -- e com poderes apenas constituintes, extinguindo-se o mandato após a aprovação da Carta Magna.

Durante a reunião, foi discutida, ainda, a possibilidade de inclusão no substitutivo de uma subemenda do deputado Pedro Colin (PFL-SC), que antecipa a eleição dos parlamentares federais e estaduais para 1 de setembro, ficando a dos governadores para 15 de novembro. Nada ficou acertado a respeito disso.

Uma maior participação popular na elaboração da Constituinte poderá ser viabilizada com a adoção da proposta de referendo popular para aprovação dos artigos em que pelo menos um terço dos constituintes vote contra. Segundo explicou o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, mesmo que a matéria passe pela aprovação de dois terços, se o terço restante votar contra, a decisão será da sociedade, com o referendo.

— O que nós queremos é plebiscitar parcial ou integralmente o texto elaborado pela Constituinte -- explicou o senador Carlos Chiarelli.

Participaram da reunião do Conselho, além do presidente Sarney, o ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, deputado Pimenta da Veiga (MG) e senador Humberto Lucena (PB), e os líderes do PFL nas duas Casas, deputado José Lourenço (BA) e senador Carlos Chiarelli (RS). O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do governo no Congresso, não compareceu.

## Nada de novo

O prazo de desincompatibilização não deve ser aumentado, acredita o senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado. Ele explicou, ontem, ao presidente José Sarney, durante a reunião do Conselho Político, que a proposta do deputado Manoel Costa não será aprovada na Câmara Alta.

O senador garante que a tendência em sua bancada, é de não aumentar os atuais prazos de desincompatibilização. Por sua vez o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), contra-argumentou com a necessidade de serem aprovados os nove meses, que é a vontade da maioria dos parlamentares de seu partido na Câmara. Mas Lucena repeliu a ideia. A tarde, durante a entrevista coletiva em seu gabinete, Pimenta, desiludido, dizia que se for confirmada a posição dos senadores, apresentada por Humberto Lucena, "ficará tudo como está" e, como Pôncio Pilatos, lavou suas mãos dizendo: "Eu apenas levei a tendência de minha bancada ao presidente".

Quanto a hipótese de prorrogação dos mandatos dos diretórios, Pimenta da Veiga revelou que já recebeu alguns pedidos nesse sentido. Contudo, acha importante que as atuais datas sejam mantidas. Essa posição adotada pelo líder também é a da grande maioria de sua bancada que rejeita qualquer tentativa prorrogacionista.

A manutenção dos mandatos de um terço dos senadores, que foram eleitos em 82 e tem mandato até 1990, deverá ser decidida pela própria Assembléia Nacional Constituinte, defendeu Pimenta da Veiga.

ANC 88  
Pasta 09/85  
052/1985